
Gama Saúde Ltda.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020
e relatório do auditor independente





Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e aos Quotistas
Gama Saúde Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Gama Saúde Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Gama Saúde Ltda. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Gama Saúde Ltda.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

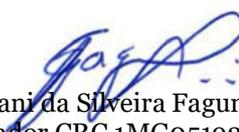
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2021


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5


Geovani da Silveira Fagunde
Contador CRC 1MG051926/O-5

GAMA SAÚDE LTDA.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais - R\$)

| ATIVO | Nota Explicativa | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|---|------------------|---------------|---------------|
| ATIVO CIRCULANTE | | 53.698 | 64.357 |
| Disponível | 7 | 25.979 | 1.737 |
| Realizável | | 27.719 | 62.621 |
| Aplicações Financeiras | 8 | 9.690 | 24.755 |
| Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde | 9 | 12.257 | 29.573 |
| Contraprestação Pecuniária/Prêmio a Receber | 9 | 10.519 | 8.325 |
| Operadoras de Planos de Assistência à Saúde | 9 | 1.738 | 21.248 |
| Créditos Tributários e Previdenciários | 10 | 2.648 | 4.017 |
| Bens e Títulos a Receber | | 3.122 | 4.214 |
| Despesas Antecipadas | 2 | 2 | 62 |
| ATIVO NÃO CIRCULANTE | | 28.877 | 31.836 |
| Realizável a Longo Prazo | | 27.898 | 29.932 |
| Créditos Tributários e Previdenciários | 10 | 27.455 | 29.181 |
| Depósitos Judiciais e Fiscais | | 443 | 751 |
| Imobilizado | 12 | 775 | 1.536 |
| Imobilizado - Não Hospitalares / Odontológicos | | 775 | 991 |
| Outras Imobilizações | | - | 545 |
| Intangível | | 204 | 368 |
| TOTAL DO ATIVO | | 82.575 | 96.193 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

| PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | Nota Explicativa | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|--|------------------|---------------|---------------|
| PASSIVO CIRCULANTE | | 15.467 | 24.923 |
| Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde | 13 | 8.697 | 15.735 |
| Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para Outros Prest.de Serv.Assistenciais | 13 | 8.672 | 15.651 |
| Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para SUS | 13 | 25 | 84 |
| Débitos com Oper. de Assistência à Saúde Não Rel. com Planos de Saúde da Operadora | | - | 1.800 |
| Tributos e Encargos Sociais a Recolher | | 422 | 708 |
| Débitos Diversos | 14 | 6.348 | 6.681 |
| PASSIVO NÃO CIRCULANTE | 15 | 4.679 | 2.254 |
| Provisões para Ações Judiciais | 15 | 4.679 | 2.254 |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 62.429 | 69.016 |
| Capital Social | 16 | 68.873 | 68.873 |
| Reservas de Lucros | | - | 938 |
| Prejuízos Acumulados | | (6.444) | (795) |
| TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 82.575 | 96.193 |

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais - R\$)

| | Nota Explicativa | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|--|---------------------|----------------|----------------|
| Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde | | 115.538 | 210.440 |
| Receitas com Operações de Assistência à Saúde | 17 | 116.615 | 211.964 |
| (-) Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora | | (1.077) | (1.525) |
| Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados | 18 | (100.892) | (191.065) |
| RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE | | 14.646 | 19.375 |
| Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora | | 1.023 | 1.939 |
| Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde | | 876 | 879 |
| Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde | | 309 | 3.103 |
| Provisão para Perdas Sobre Créditos | 9 | 567 | (2.224) |
| Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Rel. com Planos de Saúde da Operadora | | (404) | (685) |
| RESULTADO BRUTO | | 16.141 | 21.508 |
| Despesas Administrativas | 19 | (24.245) | (23.988) |
| Resultado Financeiro Líquido | 20 | 1.626 | 1.794 |
| Receitas Financeiras | 20 | 2.062 | 2.719 |
| Despesas Financeiras | 20 | (436) | (925) |
| RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES | | (6.478) | (686) |
| Imposto de Renda | 21 | 38 | (72) |
| Contribuição Social | 21 | 14 | (36) |
| Participações sobre o Lucro | | (161) | - |
| RESULTADO LÍQUIDO | | (6.587) | (795) |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

GAMA SAÚDE LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais - R\$)

| | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|---|----------------|--------------|
| PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | (6.587) | (795) |
| TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO | (6.587) | (795) |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Este documento foi assinado digitalmente por Magnus Monteiro De Oliveira Junior e Magnus Monteiro De Oliveira Junior.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://qualicorp.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código C74C-4014-F41A-A6C6.

GAMA SAÚDE LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais - R\$)

| | Nota explicativa | Capital Social Integralizado | Reserva legal | Lucros/(Prejuízos) acumulados | Total |
|---|---------------------|---------------------------------|---------------|----------------------------------|---------------|
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 | | 68.873 | 938 | - | 69.811 |
| Prejuízo líquido do exercício | | - | - | (795) | (795) |
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 | 16 | 68.873 | 938 | (795) | 69.016 |
| Prejuízo líquido do exercício | | - | - | (6.587) | (6.587) |
| Absorção de reserva legal | | - | (938) | 938 | - |
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 | 16 | 68.873 | - | (6.444) | 62.429 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

GAMA SAÚDE LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais - R\$)

| | Nota Explicativa | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|--|---------------------|---------------|----------------|
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | | | |
| (+) Recebimentos de planos de saúde | | 137.001 | 220.922 |
| (+) Resgate de aplicações financeiras | | 17.000 | - |
| (+) Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras | | 618 | 1.277 |
| (+) Outros Recebimentos Operacionais | | 13.123 | 9.103 |
| (-) Pagamentos a Fornecedores/Prestadores de Serviços de Saúde | | (110.060) | (200.417) |
| (-) Pagamentos de Pessoal | | (7.285) | (10.787) |
| (-) Pagamentos de Serviços de Terceiros | | (9.494) | (11.102) |
| (-) Pagamentos de Tributos | | (2.342) | (5.119) |
| (-) Pagamentos de Contingências (Cíveis / Trabalhistas / Tributárias) | | (5) | (62) |
| (-) Pagamentos de Aluguel | | (495) | (296) |
| (-) Pagamentos de Promoção / Publicidade | | - | (13) |
| (-) Aplicações Financeiras | | (1.500) | (1.200) |
| (-) Outros Pagamentos Operacionais | | (12.319) | (9.595) |
| Caixa líquido proveniente das atividades operacionais | | 24.242 | (7.289) |
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | | | |
| (+) Recebimentos de venda de Ativo Imobilizado - OUTROS | | - | 800 |
| (-) Pagamentos de aquisição de ativo imobilizado - outros | | - | (10) |
| Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento | | - | 790 |
| VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA | | | |
| | | 24.242 | (6.499) |
| Caixa - saldo inicial | | 1.737 | 8.236 |
| Caixa - saldo final | | 25.979 | 1.737 |
| Ativos livres no início do ano (*) | | 1.737 | 8.236 |
| Ativos livres no fim do ano (*) | | 25.979 | 1.737 |
| AUMENTO (REDUÇÃO) DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS - RECURSOS LIVRES | | 24.242 | (6.499) |
| (*) Refere-se ao saldo do grupo Disponível (Caixa, Bancos Conta Depósito, Aplicações de Liquidez Imediata e Numerários em Trânsito). | | | |
| <i>As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.</i> | | | |

Este documento foi assinado digitalmente por Magnus Monteiro De Oliveira Junior e Magnus Monteiro De Oliveira Junior.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://qualicorp.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código C74C-4014-F41A-A6C6.

GAMA SAÚDE LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISITRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1 Contexto Operacional

A Gama Saúde Ltda. (“Gama Saúde” ou “Empresa”), com sede em Barueri, controlada pela Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A. (“Grupo Qualicorp”), presta serviços de administração de planos de saúde para empresas, entidades governamentais, seguradoras e operadoras de assistência à saúde, inclusive autogestões, atendendo clientes corporativos e governamentais e com membros em todas as regiões do Brasil. A Gama Saúde oferece aos seus clientes: (a) acesso às suas redes credenciadas de prestadores de serviços; (b) serviços terceirizados de suporte para a assistência à saúde; e (c) serviços de administração de cuidados especializados. Com isso, a Gama Saúde objetiva que seus clientes administrem seus custos com planos de saúde pós pagos, eliminando despesas fixas e reduzindo investimentos.

As operações da Empresa são conduzidas por meio de processos integrados no mercado de benefícios utilizando-se da mesma estrutura operacional do Grupo Qualicorp, do qual faz parte. As sinergias dos serviços prestados em conjunto pelas empresas e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos individualmente pelas empresas conforme sua ocorrência.

2 Apresentação das Demonstrações Financeiras

I. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Empresa são preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as entidades supervisionadas pela Agência Nacional da Saúde e estão sendo apresentadas de acordo com o plano de contas e modelo de publicação da ANS estabelecido na Resolução Normativa nº 435.

Através da RN 435 de 23 de novembro de 2018, a ANS havia sustentado a posição de não adotar os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes e CPC 48 – Instrumentos Financeiros, vigentes a partir de 1º de janeiro de 2018 e também de não adotar os Pronunciamentos Técnicos CPC 06 (R2) – Arrendamentos e ICPC22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, vigentes a partir de 1º de janeiro de 2019.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, Pronunciamentos Técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela ANS.

As mesmas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração em sua gestão.

II. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As principais práticas contábeis adotadas pela Empresa estão divulgadas na nota explicativa nº 3.

Para elaboração das notas explicativas, a premissa utilizada pela Administração é a de divulgar os valores superiores a 10% do subgrupo a qual pertence, salvo se julgar necessário relatar informações relevantes, não contempladas nesta premissa.

3 Principais práticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas foram as seguintes:

Princípios gerais:

Ativos, passivos, receitas e despesas são apurados de acordo com o regime de competência. A receita de venda é reconhecida na demonstração do resultado quando os serviços são efetivamente prestados.

Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após os próximos 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente.

i. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Empresa passa a fazer parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor nominal que se aproxima do valor justo, considerando inclusive que as operações geralmente têm prazo de vencimento de até 45 dias, e que, portanto, resultam em efeitos imateriais nas informações financeiras.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são classificados na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

Empréstimos e recebíveis

Ativos financeiros classificados na categoria de empréstimos e recebíveis são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação e subsequentemente mensurados pelo custo do valor justo por meio do resultado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas, se aplicável.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como “Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado” ou “Outros passivos financeiros”.

A Empresa não possui passivos classificados como “passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

A Empresa efetua a baixa de passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas e canceladas ou quando são liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

ii. Disponível e aplicações financeiras de liquidez imediata

Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Conforme política interna, as aplicações financeiras centralizam-se naquelas de menor risco, sendo realizadas em renda fixa e cotas de fundo de renda fixa, multimercado e títulos públicos federais. A aplicação de recursos financeiros é permitida apenas em instituições sólidas com classificação de “rating” de “AAA” até “BBB” no limite de 100% e de rating “BBB” até “BBB+” no limite de 20%. Parte dos valores aplicados centraliza-se em fundos dedicados à ANS e aos Certificados de Depósito Bancários - CDBs, com rentabilidade baseada no Certificado de Depósito Interfinanceiro – CDI.

iii. Aplicações financeiras

Inclui fundos de investimento dedicados à ANS como ativo garantidor.

iv. Créditos de operações com planos de assistência à saúde – contraprestação pecuniária/ prêmio a receber e provisão para perda sobre créditos.

Refere-se aos recursos financeiros a ingressar pela contraprestação/prêmios de serviços de assistência médico-hospitalar com plano de assistência médico-hospitalar da operadora, com preço pós-estabelecido.

A Empresa realiza cobrança de taxa pela administração dos seus planos, podendo ser fixa por beneficiário ou percentual sobre a utilização.

Conforme norma básica vigente, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito desse contrato deve ser provisionada para perdas.

v. Imobilizado

Está demonstrado ao custo de aquisição. Os saldos apresentados encontram-se deduzidos das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, levando em consideração a vida útil estimada dos bens e eventuais valores residuais. Veja nota explicativa nº 12.

vi. Intangível

Está representado principalmente por custos de licenças de software.

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de três a cinco anos. Esses ativos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A amortização dos ativos intangíveis com vida útil definida é calculada pelo método linear, com base no prazo em que o ativo irá gerar benefícios econômicos futuros.

vii. Provisões técnicas

A provisão técnica é constituída pelo valor integral informado pelo prestador ou beneficiário, determinada com base nos avisos relatando a ocorrência de eventos cobertos pelos contratos em vigor e que tenham sido recebidos até a data das demonstrações financeiras.

viii. Apuração do resultado

- a) A receita decorrente dos prêmios ganhos é reconhecida, considerando-se o período de cobertura do risco, de acordo com as disposições contratuais, ou seja, na data em que ocorrer o efetivo direito ao valor a ser faturado, quando a receita pode ser mensurada com segurança e é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Empresa. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de planos médico-hospitalares.
- b) A apropriação da despesa com eventos indenizáveis é reconhecida, considerando-se a data de apresentação da conta médica ou do aviso pelos prestadores dos serviços, correspondente aos eventos ocorridos. Caso a data em que ocorra o fato gerador da despesa seja diferente da data em que ocorrer o atendimento aos beneficiários dos planos de assistência à saúde (eventos ocorridos e não avisados), são passíveis de reconhecimento por meio de constituição de provisão técnica específica.
- c) O resultado inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias, atualizados de acordo com índices e taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e de longo prazo e, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização.

ix. Regime de Tributação

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$240. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado, quando há lucro tributável.

x. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando a Administração, com base em posições dos advogados internos e externos da Empresa, considera que o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa for provável a saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com segurança suficiente.

As obrigações legais, fiscais e previdenciárias incluem as demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes são registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal.

As provisões cíveis, a partir de Maio, de 2020 são reconhecidas através de um método estatístico objetivo que utiliza como referência o desempenho histórico da carteira de processos cíveis em 18 meses, considerando a média ou mediana de todos os processos.

xi. Repasses e reembolsos de despesas de gestão de assistência à saúde

Repasses e reembolsos de despesas de gestão dos planos são decorrentes da intermediação de repasses de recursos recebidos dos clientes e pagamentos aos médicos e hospitais da rede credenciada.

Repasses a receber e reembolsos a pagar são reconhecidos pelo regime de competência em contrapartida do resultado. A classificação contábil dos repasses e reembolsos de gestão dos planos de forma bruta ou líquida na demonstração do resultado depende dos riscos assumidos nessas transações, entre outros, riscos de crédito, de perdas, do não cumprimento com normas e legislações vigentes e da não aceitação dos serviços prestados.

Caso uma empresa assuma esses riscos, mesmo que parcialmente, a apresentação dos repasses e dos respectivos reembolsos de gestão dos planos na demonstração do resultado deve ser feita de forma absoluta, uma vez que essa empresa atua em situação de risco que transcende a posição de um simples agenciador entre os seus clientes e os médicos da rede credenciada.

Entre os fatores de risco que determinaram a necessidade da Empresa de apresentar, de forma absoluta os montantes dos repasses e reembolso de despesas dos planos de assistência médica, compreende-se:

- a) A regulamentação da ANS, que entre outros, ao tratar do repasse, dispõe que se trata de formação de preço do plano de saúde sob o regime de preço pós-estabelecido;
- b) Ser a Empresa legalmente solidária, pela prestação de serviços da rede referenciada;
- c) Ser o custo de repasse absoluto critério de contratação ou não da Empresa;
- d) A Empresa não ser uma mera agenciadora;
- e) O cliente corporativo da empresa não mantém qualquer relação jurídica com a rede credenciada;
- f) A Empresa é quem está obrigada ao cumprimento de todo o marco regulatório.

4 Principais Estimativas e julgamentos

Na aplicação das práticas contábeis da Empresa descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse exercício, ou também em exercícios posteriores se a revisão afetar tanto o exercício presente como exercícios futuros.

Nesse contexto, as estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas pela Administração da Empresa e baseiam-se na experiência histórica e em vários outros fatores, que entende como razoáveis e relevantes.

A Empresa adota premissas e faz estimativas com relação ao futuro, a fim de proporcionar um entendimento de como a Entidade forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, que requerem o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões relativamente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos, e os resultados reais raramente serão exatamente iguais aos estimados.

As provisões para riscos cíveis são reconhecidas através de um método estatístico objetivo que utiliza como referência o desempenho histórico da carteira de processos cíveis em 18 meses, considerando a média ou mediana de todos os processos. O desempenho histórico está atrelado aos processos ativos x pagamentos utilizados, que pode de forma sazonal, aumentar ou diminuir a provisão. Caso a variação fosse de 10% teria um acréscimo ou redução na contingência no valor de R\$ 93.

5 Instrumentos Financeiros

- a) Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros

Pela natureza da sua operação e dos instrumentos financeiros existentes em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a Administração considera que os valores contábeis dos ativos financeiros e passivos financeiros contabilizados ao custo amortizado e reconhecidos nas demonstrações financeiras se aproximam dos seus valores justos, conforme segue abaixo:

Os instrumentos financeiros e respectivas classificações estão demonstrados a seguir:

| | 31/12/2020 | | 31/12/2019 | |
|--|--------------------------|---|--------------------------|---|
| | Empréstimos e recebíveis | Ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado | Empréstimos e recebíveis | Ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado |
| Ativos financeiros: | | | | |
| Disponível - aplicações financeiras de liquidez imediata | - | 25.683 | - | 1.449 |
| Aplicações financeiras | - | 9.690 | - | 24.755 |
| Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde | 12.257 | - | 29.573 | - |
| Bens e títulos a receber | 3.122 | - | 4.214 | - |
| Passivos financeiros: | | | | |
| Provisões técnicas de operações de assistência a saúde | 8.697 | - | 15.735 | - |
| Débitos Diversos | 6.348 | - | 6.681 | - |

Mensuração de valor justo reconhecida no balanço patrimonial

A tabela a seguir fornece uma análise dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, agrupados nos níveis, com base no grau observável do valor justo, em que as mensurações são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos equivalentes.

- Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).
- Mensurações de valor justo de Nível 3 são obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não tem como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

| | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|--|------------|------------|
| | Nível 1 | Nível 1 |
| Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado | | |
| Disponível - aplicações financeiras de liquidez imediata | 25.683 | 1.449 |
| Aplicações financeiras | 9.690 | 24.755 |

Durante o período, não ocorreram transferências entre níveis.

Instrumentos derivativos

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a Empresa não operou contratos de instrumentos financeiros derivativos para proteção de suas posições ou para especulação.

b) Gerenciamento dos principais riscos

A Empresa atua em atividades de operação de planos médico – hospitalar, sendo o risco limitado à frequência dos serviços que realiza, e sua exposição a riscos não sofre variação significativa pela severidade das solicitações.

Os principais riscos decorrentes dos negócios da Empresa são os riscos de crédito, de taxa de juros, de liquidez e de capital. A administração desses riscos envolve diferentes departamentos, e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas.

A Empresa possui controles internos que asseguram que estas políticas e estratégias estão sendo cumpridas, de forma que os resultados obtidos estão de acordo com os objetivos definidos pela sua Administração.

Risco de crédito

A Empresa restringe a exposição a riscos de crédito associados a bancos e aplicações financeiras, efetuando seus investimentos em instituições financeiras sólidas e com remuneração em títulos de curto prazo.

Com relação a contraprestação pecuniária/prêmios a receber, a Empresa restringe a sua exposição a riscos atuando apenas no modelo pós pagamento.

A metodologia de apuração da provisão para perda sobre créditos e baixa de valores incobráveis está descrita na nota explicativa nº 3 iv.

Risco de taxa de juros dos instrumentos financeiros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Empresa vir a sofrer perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas a seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado.

Como o fluxo médio de recebimentos/pagamentos da Empresa é de 45 dias, a Administração utiliza como premissa para análise da variação de taxa de juros à variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, que estão assim resumidos:

| Conta | Contas | Nota | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|---|------------------|-------------|---------------|---------------|
| | patrimoniais | explicativa | | |
| Aplicações financeiras de liquidez imediata | Ativo circulante | 7 | 25.683 | 1.449 |
| Aplicações financeiras | Ativo circulante | 8 | 9.690 | 24.755 |
| Total | | | 35.373 | 26.204 |

As aplicações financeiras são substancialmente realizadas com base nas taxas de remuneração efetivamente negociadas atreladas na sua totalidade à taxa CDI e refletem as condições usuais de mercado nas datas dos balanços.

Análise de sensibilidade de variações das taxas de juros

As flutuações das taxas de juros, como, por exemplo, o CDI, podem afetar positiva ou adversamente as informações contábeis consolidadas em decorrência de aumento ou redução nos saldos de aplicações financeiras.

Conforme política interna, as aplicações financeiras centralizam-se naquelas de menores riscos, sendo aplicadas em renda fixa e cotas de fundo de renda fixa, multimercado e títulos públicos federais. A aplicação de recursos financeiros é permitida apenas em instituições sólidas com classificação de “rating” de “AAA” até “A-” no limite de 100% e de rating “BBB” até “BBB+” no limite de 20%. Parte dos valores aplicados centraliza-se em fundos dedicados à ANS e aos Certificados de Depósito Bancários - CDBs, com rentabilidade baseada no Certificado de Depósito Interfinanceiro – CDI.

Em 31 de dezembro de 2020, se as taxas de juros de CDI fossem 10% ao ano mais altas/mais baixas e todas as outras variáveis se mantivessem constantes o lucro do exercício aumentaria/diminuiria em R\$69 (R\$154 em 2019).

Risco de capital

A Empresa administra seu capital para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

Capital Base

Antigo Patrimônio Mínimo Ajustado regido pela RN 209 até fevereiro de 2020, agora tratado como Capital Base, regulamentado pela RN 451 a partir de março de 2020, estabelece uma regra que define o montante a ser observado pelas operadoras em qualquer tempo, em função da modalidade, segmentação e região de comercialização das mesmas.

Na apuração do capital base as operadoras devem multiplicar o valor de referência determinado pela ANS pelo fator K, que por sua vez, é determinado pela região de comercialização da operadora e pelo seguimento da mesma.

Em 31 de dezembro de 2020 o capital base calculado é de R\$8.977 (R\$ 8.790 em 2019), estando em conformidade com a norma.

Patrimônio Líquido Ajustado - PLA

O patrimônio líquido ajustado é o patrimônio líquido ou social apurado das operadoras ajustados por efeitos econômicos regulamentados na RN 451 de março de 2020.

Conforme exposto no art.10 dessa resolução normativa as operadoras deverão manter a qualquer tempo, PLA equivalente ou superior ao capital regulatório.

O capital regulatório é o limite mínimo de Patrimônio Líquido Ajustado que as operadoras deverão observar, a qualquer momento, em relação as regras de capital regulamentadas nesta RN.

Quanto a sua apuração, deve-se observar três importantes pontos:

- i) A operadora deverá possuir seu PLA, a qualquer tempo, equivalente ou superior ao capital regulatório;
- ii) A segunda observação, é que até 2022, o capital regulatório será o maior valor entre o capital base e a margem de solvência;
- iii) A partir de 2023, com exceção das autogestões, o capital regulatório será o maior valor entre o capital base e o capital baseado em riscos.

Em 31 de dezembro de 2020 o PLA calculado é de R\$ 62.223 (R\$ 68.586 em 2019), estando enquadrado na respectiva instrução normativa.

Margem de solvência

A RN n° 451 de março de 2020, dispõem sobre os critérios de operação para as Operadoras de Planos Privados de Assistência à Saúde (“OPS”) que estabelece:

Margem de solvência (MS) corresponde à suficiência do patrimônio líquido ajustado por efeitos econômicos, na forma da regulamentação do disposto no artigo 6º, para cobrir o maior montante entre os seguintes valores:

- 0,20 (zero vírgula vinte) vezes a soma dos últimos 12 meses: de 100% das contraprestações/prêmios na modalidade de preço preestabelecido, e de 50% das contraprestações/prêmios na modalidade de preço pós-estabelecido; e
- 0,33 (zero vírgula trinta e três) vezes a média anual dos últimos 36 meses da soma de: 100% dos eventos/sinistros na modalidade de preço preestabelecido e de 50% dos eventos/sinistros na modalidade de preço pós-estabelecido.

Conforme disposto no Anexo V da RN nº 451/2020, as parcelas mínimas a serem observadas pela Empresa estão apresentadas conforme abaixo:

- Em março de 2020: 79,745% do valor da MS;
- Entre abril de 2020 e dezembro de 2022: proporção cumulativa mínima mensal de 0,615% do valor da MS, em adição ao estabelecido no item I acima;
- A partir de dezembro de 2022: 100% do valor da MS.

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a Empresa estava em conformidade com o requerido pela referida Resolução vigente.

Risco de liquidez

Considerando as atividades da Empresa, a gestão do risco de liquidez implica monitorar os prazos de liquidação dos direitos e das obrigações com o objetivo de manter uma posição de caixa com liquidez imediata para honrar compromissos assumidos.

A Empresa elabora análises de fluxo de caixa projetado e revisa, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados. A expectativa de fluxo de caixa para os instrumentos financeiros passivos está demonstrada como segue:

| | Menos de um ano R\$ | |
|--|---------------------|---------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Provisões técnicas de operações de assistência à saúde | 8.697 | 15.735 |
| Débitos diversos | 6.348 | 6.681 |
| Total | 15.047 | 22.416 |

6 Adoção de Normas de Contabilidade Novas e Revisadas

As seguintes alterações de normas iniciaram sua vigência em 1º de janeiro de 2020 e foram avaliadas a aplicação pela Empresa:

- Definição de material: alterações ao IAS 1/CPC 26 “Apresentação das Demonstrações Contábeis” e CPC 23 “Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”; e
- Estrutura Conceitual Revisada para Relatórios Financeiros

As seguintes normas foram emitidas pelo CPC e passaram a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2018 (CPC 47, CPC 48 e ICPC 21) e 1º de janeiro de 2019 (CPC 06 (R2) e ICPC 22), mas não foram adotadas, pois não houve aprovação da ANS (Agencia Nacional de Saúde):

I. CPC 48 - Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração

Essa norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e substitui a orientação no CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o CPC 48 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas (doravante denominado modelo de perdas esperadas), em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

Na avaliação realizada, a Empresa entende que o impacto dessa norma será:

- a) Com relação aos novos critérios de classificação de ativos financeiros, a Empresa verificou que os ativos financeiros classificados como “Empréstimos e Recebíveis” devem ser classificados como “Custo Amortizado”;
- b) Com relação ao novo modelo de *impairment*, a Empresa entende que a perda deverá ser reconhecida por estimativa, onde até as análises mais recentes não são esperados impactos relevantes pela mudança de modelo para a provisão para perdas sobre créditos referente a porção por redução ao valor recuperável de contas a receber, que atualmente é feita com base nos valores dos créditos vencidos, após 90 dias, considerando o histórico de “perdas incorridas” e que passará a ser provisionada em função do reconhecimento das “perdas de crédito esperadas”, no mesmo momento do registro do respectivo faturamento.

A administração entende que não teremos impactos com adoção desta interpretação nesta avaliação dessas demonstrações financeiras.

II. CPC 47 – Receitas de contratos com clientes – Mensuração e Reconhecimento

Essa nova norma traz os princípios que uma entidade deve aplicar para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela substitui o CPC 17 - "Contratos de Construção" e CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A Empresa entende que não haverá impactos para adoção dessa norma.

III. ICPC 21 - Transações em moeda estrangeira

Essa interpretação provê esclarecimentos sobre a data da transação a ser usada para conversão de adiantamentos feitos ou recebidos em transações em moeda estrangeira.

A administração entende que não teremos impactos com adoção desta interpretação nesta avaliação dessas demonstrações financeiras.

IV. CPC 06-R2 - Operações de Arrendamento Mercantil – Mensuração e Reconhecimento

Com essa norma os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de baixo valor.

Na avaliação realizada, os impactos da adoção desta norma estão destacados a seguir:

Passivo de Arrendamento – Reconhecer em passivo o montante do compromisso assumido com o contrato. Este valor, será ajustado a valor presente utilizando a taxa de desconto implícita no contrato (se houver) ou que forneça uma realidade econômica para o contrato.

- **Ativo Imobilizado** – As contraprestações dos contratos de arrendamentos, atualmente reconhecidos como despesas, serão registradas como ativo imobilizado/intangível na data de aplicação inicial ou quando houver novo contrato de arrendamento, no montante equivalente ao passivo de arrendamento e serão depreciadas/amortizadas durante a vigência do contrato.
- **Patrimônio Líquido** – Os montantes reconhecidos em decorrência das normas pré CPC 06-(R2) devem ser baixados e reconhecidos no PL, assim como os resultados atribuídos as novas formas de contabilização.
- **Despesa Financeira** – Os montantes reconhecidos em passivo, serão atualizados utilizando a mesma taxa de AVP, gerando despesa financeira.
- **Resultado Líquido** – As despesas geradas pelo novo método de contabilização serão maiores no início do contrato e decrescem até o término, em virtude da atualização monetária do passivo. Embora exista a

diferença temporal, ao longo da vida útil os efeitos em resultados serão iguais aos que ocorreriam sem o I CPC 06 (R2), mas o impacto será em linhas diferentes da demonstração de resultado.

O impacto dessa norma em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 estão demonstrados como segue:

| Balanco Patrimonial | 2020 | 2019 |
|---|-------------|-------------|
| Créditos tributários e previdenciários | 88 | 148 |
| Imobilizado | 531 | 35 |
| Ativo | 619 | 183 |
| Débitos diversos | (1.514) | (1.514) |
| Empréstimos e financiamentos (circulante) | 173 | 291 |
| Empréstimos e financiamentos (não circulante) | 438 | - |
| Patrimônio líquido | 1.522 | 1.406 |
| Passivo e patrimônio líquido | 619 | 183 |
| Demonstração do Resultado | 2020 | 2019 |
| Despesas administrativas | 201 | 810 |
| Resultado Financeiro | (25) | (11) |
| Impostos diferidos | (60) | (211) |
| Lucro líquido | 116 | 588 |

V. ICPC 22 - Interpretação do CPC32 – Tributos sobre o Lucro

Essa interpretação esclarece como mensurar e reconhecer ativos e passivos de tributos sobre o lucro (IR/CS) correntes e diferidos, à luz do CPC 32, nos casos em que há incerteza sobre tratamentos aplicados nos cálculos dos respectivos tributos. Os tratamentos fiscais incertos poderão surgir em virtude das contabilizações das transações diárias da empresa, bem como procedimentos adotados pela Empresa na apuração e cálculo dos tributos, que conflitam com a legislação vigente (legislações tributárias que dão margem para mais de uma interpretação, erros e descumprimento de alguma obrigação acessória, etc.). E também reforça a necessidade de divulgação dos julgamentos realizados e premissas ou outras estimativas utilizadas.

A administração avaliou os principais tratamentos fiscais adotados pela Empresa nos períodos em aberto sujeitos a questionamento pelas autoridades tributárias e concluiu que não há impacto significativo a ser registrado nas demonstrações financeiras.

VI. CPC 50 - emitidos e ainda não emitidos pelo CPC

- CPC 50 – Contratos de Seguros (em fase de audiência pública) – Este pronunciamento virá substituir a norma vigente sobre Contratos de Seguros (CPC 11), cujo objetivo é assegurar que uma entidade represente a essência desses contratos de forma fidedigna. A adoção está prevista para 1º de janeiro de 2023. A Empresa está acompanhando as tratativas e realizará estudo para avaliar potenciais impactos pela adoção desta norma.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Empresa.

7 Disponível

| Descrição | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|---|---------------|--------------|
| Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata (*) | 25.683 | 1.449 |
| Bancos conta depósito - movimento – país | 296 | 287 |
| Caixa | - | 1 |
| Total | 25.979 | 1.737 |

(*) São investimentos em CDB e Compromissadas à taxa de 75% a 100% do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI e estão custodiados na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, possuindo liquidez imediata e podendo ser resgatados antecipadamente, independentemente de seus vencimentos.

8 Aplicações Financeiras

| Descrição | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|-------------------------------|--------------|---------------|
| Fundo de investimento ANS (*) | 9.690 | 24.755 |
| Total | 9.690 | 24.755 |

(*) Trata-se de aplicação financeira mantida como ativo garantidor de acordo com a Instrução Normativa nº 33, de 5 de outubro de 2009 da ANS. O valor de mercado das cotas do fundo de investimento financeiro não exclusivo de renda fixa é apurado com base no valor de cota divulgado pelo administrador do fundo no qual a Empresa aplica seus recursos.

Em 2020 a redução trata-se da Empresa reavaliar o saldo vinculado do fundo de investimento e constatou excesso comparado ao exigido em suas garantias financeiras e através de ofício encaminhado à ANS, solicitado por nós e aprovado pela mesma esse resgate. O resgate de R\$ 17.000 ocorreu em 19 outubro de 2020 que passou a ser caixa livre de obrigações regulatórias.

9 Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde

| Descrição | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|---|---------------|---------------|
| Contraprestação pecuniária/prêmios a receber | 10.519 | 8.325 |
| Operadoras de Planos de Assistência à Saúde (*) | 1.738 | 21.248 |
| Total | 12.257 | 29.573 |

(*) Em 2020 a queda é relacionada substancialmente a estratégia de cancelamentos de contratos com clientes que eram deficitários ou onerosos ao negócio da Empresa e também os efeitos da diminuição de utilização da rede por conta da pandemia ao longo do ano e as tratativas de perdas e recuperações por inadimplência respeitam a RN 435 e são tratadas no resultado, conforme mencionado na nota explicativa nº 3 iv.

O resumo por idade da contraprestação pecuniária/prêmio a receber é o seguinte:

| | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|-----------------|---------------|---------------|
| A vencer | 3.219 | 25.066 |
| Até 30 dias | 7.494 | 3.013 |
| De 31 a 60 dias | 665 | 631 |
| De 61 a 90 dias | 879 | 863 |
| Total | 12.257 | 29.573 |

A seguir a movimentação das perdas sobre créditos no resultado da empresa:

| | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|--|------------|----------------|
| Constituições Líquidas | (3.085) | (7.089) |
| Recuperação de perdas | 3.652 | 4.865 |
| Perdas com créditos incobráveis | 567 | (2.224) |

10 Créditos Tributários e Previdenciários

| | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|--------------------------------|---------------|---------------|
| Ativo circulante | | |
| IRPJ a compensar | 2.258 | 3.212 |
| CSLL a compensar | 330 | 304 |
| PIS / COFINS a compensar | 44 | 474 |
| INSS a compensar | 9 | - |
| Outros impostos a compensar | 7 | 27 |
| Total do circulante | 2.648 | 4.017 |
| Ativo não circulante | | |
| PIS / COFINS a compensar | 10.877 | 14.927 |
| INSS a compensar | 6.685 | 6.663 |
| IRPJ a compensar | 8.025 | 5.598 |
| CSLL a compensar | 1.868 | 1.993 |
| Total do não circulante | 27.455 | 29.181 |
| Total geral | 30.103 | 33.198 |

11 Partes Relacionadas

a. Saldos e transações com empresas ou Empresas ligadas:

| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|----------------------------|------------|------------|------------|------------|
| | Ativo | | Passivo | |
| Operações Intercompany (i) | 62 | - | (59) | (63) |

| Despesas Administrativas | 31/12/2020 | | |
|--------------------------------------|------------|---|----------------|
| | Gama | Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A. | CRC Connectmed |
| Serviços corporativos e rateios (ii) | 388 | 754 | 1.142 |
| Assistência médica (iii) | 73 | (73) | - |

| Despesas Administrativas | 31/12/2019 | | | |
|--------------------------------------|------------|---|----------------|-----------------------------------|
| | Gama | Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A. | CRC Connectmed | Demais empresa do Grupo Qualicorp |
| Serviços corporativos e rateios (ii) | 1.573 | 517 | (2.077) | (13) |

- i. Trata-se de valores alocados no grupo de bens e títulos a receber ou débitos diversos relacionados a serviços corporativos entre empresas relacionadas.
- ii. Concentra todas as atividades de serviços corporativos que atendem às empresas da Empresa (Finanças, Controladoria, Jurídico, Administrativo, Recursos Humanos e Tecnologia da Informação) com valores alocados nas despesas administrativas, cujos custos incorridos são rateados e reembolsados pelas demais empresas operacionais do Grupo.
- iii. O plano de saúde dos colaboradores do Grupo Qualicorp, cujos custos incorridos são cobrados, rateados e reembolsados pelas demais empresas operacionais do Grupo.

b. Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da Administração inclui o presidente e os diretores. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

| | 31/12/2020 | | 31/12/2019 | |
|-----------------------------------|----------------|----------|----------------|----------|
| | Contas a pagar | Despesas | Contas a pagar | Despesas |
| Remuneração a administradores (*) | 79 | 1.945 | 174 | 3.210 |

(*) A redução com a despesa com remuneração em 2020 que é constituída de parte fixa e variável, com base em performance e metas globais anuais é substancialmente pela redução por reestruturação no corpo diretivo na Empresa.

12 Imobilizado

| | Taxa anual de amortização % | Custo | | | | Amortização | | | | Saldo Líquido |
|---|-----------------------------|---------------------|----------|----------------|---------------------|---------------------|--------------|------------|---------------------|---------------|
| | | Saldo em 31/12/2019 | Adições | Baixas | Saldo em 31/12/2020 | Saldo em 31/12/2019 | Adições | Baixas | Saldo em 31/12/2020 | |
| Móveis e utensílios | 10 | 1.896 | - | (37) | 1.859 | (936) | (189) | 19 | (1.106) | 753 |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | 10 | 1.050 | - | (1.050) | - | (505) | (65) | 570 | - | - |
| Equipamentos de processamento de dados | 20 | 537 | - | (15) | 522 | (526) | (4) | 15 | (515) | 7 |
| Máquinas e equipamentos | 10 | 39 | - | - | 39 | (23) | (4) | - | (27) | 12 |
| Instalações | 10 | 8 | - | - | 8 | (4) | (1) | - | (5) | 3 |
| Equipamentos telefônicos e de comunicação | 20 | 2 | - | - | 2 | (2) | - | - | (2) | - |
| Total | | 3.532 | - | (1.102) | 2.430 | (1.996) | (263) | 604 | (1.655) | 726 |

A movimentação do imobilizado no período de 31 de dezembro de 2019 segue no quadro abaixo:

| | Taxa anual de amortização % | Custo | | | | Saldo em 31/12/2019 | Amortização | | | | Saldo Líquido |
|---|-----------------------------|---------------------|----------|-----------|----------------|---------------------|---------------------|--------------|------------|---------------------|---------------|
| | | Saldo em 31/12/2018 | Transf. | Adições | Baixas | | Saldo em 31/12/2018 | Adições | Baixas | Saldo em 31/12/2019 | |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | 10 | 2.625 | (29) | - | (1.546) | 1.050 | (1.003) | (253) | 737 | (519) | 532 |
| Móveis e utensílios | 10 | 1.864 | 29 | 10 | (6) | 1.896 | (738) | (188) | 3 | (922) | 74 |
| Equipamentos de processamento de dados | 20 | 551 | - | - | (14) | 537 | (534) | (5) | 14 | (525) | 11 |
| Máquinas e equipamentos | 10 | 39 | - | - | - | 39 | (20) | (4) | - | (24) | 15 |
| Instalações | 10 | 8 | - | - | - | 8 | (3) | (1) | - | (4) | 4 |
| Equipamentos telefônicos e de comunicação | 20 | 2 | - | - | - | 2 | (2) | - | - | (2) | - |
| Total | | 5.089 | - | 10 | (1.566) | 3.532 | (2.300) | (451) | 754 | (1.996) | 1.336 |

13 Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde e Ativos Garantidores

| Descrição | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|--|--------------|---------------|
| Provisão de eventos/sinistros a liquidar para outros prestadores | 8.672 | 15.651 |
| Provisão de eventos/sinistros a liquidar para SUS | 25 | 84 |
| Total | 8.697 | 15.735 |

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 a Empresa possuía ativos garantidores suficientes para cobertura das provisões

técnicas, conforme requerimentos normativos. Abaixo demonstramos a reconciliação para apuração da provisão técnica para abertura:

| Vencimentos | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|---|--------------|---------------|
| Inferiores a 60 dias | 7.950 | 15.477 |
| Superiores a 60 dias | 747 | 258 |
| Total | 8.697 | 15.735 |
| Provisões técnicas para cobertura (*) | 747 | 258 |
| Ativos Garantidores (vide nota explicativa nº8) | 9.690 | 24.755 |

(*) As provisões técnicas devem ser lastreadas por ativos garantidores que atendam aos critérios da resolução normativa-RN nº 392, que dispõe sobre aceitação, registro, vinculação, custódia, movimentação e diversificação dos ativos garantidores das operadoras.

14 Débitos Diversos

| Circulante: | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|---|--------------|--------------|
| Back office beneficiários de clientes (a) | 1.998 | 2.063 |
| Aluguel a pagar | 1.514 | 1.594 |
| Adiantamento de clientes (Demapo – Demitidos e aposentados) (b) | 1.206 | 1.760 |
| Obrigações com pessoal | 312 | 106 |
| Fornecedores Diversos | 144 | 222 |
| Outros | 1.174 | 936 |
| Total circulante | 6.348 | 6.681 |

- a) Refere-se a prestação de serviços tais como aluguel de rede médica e benefícios de medicamento para beneficiários de clientes.
- b) Refere-se a saldos de beneficiários demitidos e aposentados de clientes que optaram pela continuidade do Plano de Saúde, assumindo o pagamento da mensalidade. A Resolução Normativa nº 279, assegura aos demitidos e aposentados a manutenção do plano de saúde empresarial com cobertura idêntica à vigente durante o contrato de trabalho.

15 Provisões para Ações Judiciais

| | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|------------------------------------|--------------|--------------|
| Trabalhistas e previdenciárias (b) | 3.526 | 792 |
| Cíveis (a) | 1.137 | 1.334 |
| Regulatória/ANS (c) | 16 | 128 |
| Total | 4.679 | 2.254 |

As movimentações nas provisões para riscos foram as seguintes:

| | 31/12/2018 | Adições | Reversões | 31/12/2019 | Adições | Reversões | 31/12/2020 |
|------------------------------------|--------------|--------------|----------------|--------------|--------------|----------------|--------------|
| Cíveis (a) | 4.484 | 708 | (3.858) | 1.334 | 2.347 | (2.544) | 1.137 |
| Trabalhistas e previdenciárias (b) | 1.144 | 187 | (539) | 792 | 2.872 | (138) | 3.526 |
| Regulatório - ANS (C) | 82 | 182 | (136) | 128 | - | (112) | 16 |
| Total | 5.710 | 1.077 | (4.533) | 2.254 | 5.219 | (2.794) | 4.679 |

Descrição dos principais processos e/ou riscos, em 31 de dezembro de 2020:

- (a) A Empresa é parte passiva em processos cíveis em andamento, sendo o montante de R\$1.137 (R\$ 1.334 em 2019), estimado como provável o desembolso de caixa, para os quais foi constituída provisão. E avaliados como possível o desembolso de caixa, R\$224 (R\$7.910 em 2019) para os quais, não foram constituídas provisões. As principais causas versam sobre (i) pedidos de autorização para procedimentos médicos e/ou fornecimento de medicamentos em decorrência de ausência de previsão no rol de procedimentos autorizados pela ANS, carência, tratamentos experimentais, acompanhados de pedidos indenizatórios por danos morais e/ou materiais; (ii) ações e cobrança de prestadores médicos referente a glosas de faturamento; (iii) encerramentos de contrato que ensejam pedidos de restabelecimento de plano, acompanhados de pedido indenizatórios por danos morais e/ou materiais; (iv) alegações de erros médicos que ensejam pedidos de indenização por danos moral e material. A redução e 2020 dos itens classificados como possível o desembolso de caixa está atrelado ao encerramento de processos relevantes ao longo do ano.
- (b) A Empresa é parte passiva em processos trabalhistas que se encontram em discussão na esfera administrativa e/ou judicial e que versam, principalmente sobre o pagamento de verbas rescisórias, diferenças salariais, horas extras e reflexos. Além das reclamações trabalhistas, constituímos provisão para divergências de recolhimentos de valores relativos a INSS e FGTS, cuja discussão encontra-se na esfera administrativa. As provisões constituídas para eventuais perdas decorrentes de referidos processos trabalhistas totalizam o montante de R\$3.526 (R\$792 em 2019). Para os riscos cujas chances de perda são classificadas como possível, os quais totalizam R\$425 (R\$329 em 2019), não foram constituídas provisões. A variação dessas provisões em relação ao ano anterior é substancialmente pelo fato da Empresa visitar os recolhimentos de INSS e FGTS.
- (c) A Empresa é parte passiva em processos regulatórios ANS em andamento, sendo o montante de R\$16 (R\$128 em 2019) avaliado como perda provável, para o qual foi constituída provisão, e de R\$0 (R\$75 em 2019) avaliado como perda possível, para o qual não foram constituídas provisões.

16 Patrimônio Líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o capital social da Empresa é de R\$68.873, totalmente subscrito e integralizado sendo dividido em 6.887.297.425 quotas de valor nominal igual a 0,01.

Reserva legal

Conforme estabelece o contrato social, a Empresa deverá destinar 5% (cinco por cento) do resultado do exercício para formação dessa reserva até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito ou se o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404/76, exceder 30% do capital social, após compensar integralmente seus prejuízos acumulados.

Em 31 de dezembro de 2020 a reserva legal foi compensada com os prejuízos acumulados.

17 Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos de Planos de Assistência a Saúde

| Descrição | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|--|----------------|----------------|
| Receitas com Operações de Assistência à Saúde: | | |
| Contraprestação líquidas/Prêmios retidos (*) | 100.892 | 191.081 |
| Receita com taxa de administração | 15.723 | 20.883 |
| Total | 116.615 | 211.964 |

(*) Em 2020, o motivo da redução são os mesmos descritos na nota explicativa nº 9.

18 Eventos Indenizáveis Líquidos / Sinistros Retidos

A apropriação da despesa com eventos indenizáveis é reconhecida, considerando-se a data de apresentação da conta médica ou do aviso pelos prestadores dos serviços, correspondente aos eventos ocorridos.

A cobertura assistencial com preço pós estabelecido referente aos planos coletivos empresariais firmados posteriormente à Lei nº 9.656/1998, compõem-se como segue:

| Descrição | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|---|------------|------------|
| Eventos/sinistros conhecidos ou avisados de assistência à saúde | 100.892 | 191.065 |

A Empresa em atendimento a RN nº 446 de 1º de novembro de 2019, conjuntamente com a escrituração contábil já aderida da RN nº 435/2018 de 23 de novembro de 2018, apresenta e segregação das despesas com eventos indenizáveis referente a carteira própria e aos atendimentos por corresponsabilidade assumida:

| EVENTOS/ SINISTROS CONHECIDOS OU AVISADOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE MEDICO HOSPITALAR | Carteira Própria | | Corresponsabilidade Assumida | |
|--|------------------|----------------|------------------------------|---------------|
| | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Cobertura Assistencial com Preço Pós-Estabelecido: | | | | |
| Planos Coletivos Empresariais depois da Lei | 66.428 | 150.004 | 34.464 | 41.061 |
| Total | 66.428 | 150.004 | 34.464 | 41.061 |

19 Despesas Administrativas

| Descrição | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|--|---------------|---------------|
| Gastos com pessoal (a) | 8.447 | 11.415 |
| Gastos com serviços de terceiros | 7.412 | 8.525 |
| Provisões Trabalhistas (b) | 2.968 | 181 |
| Gastos com localização e funcionamento | 1.661 | 2.509 |
| Gastos com Processos Judiciais | 892 | 219 |
| Outras despesas administrativas | 2.865 | 1.138 |
| Total | 24.245 | 23.988 |

a) As despesas de benefícios a empregados, compõem-se como segue:

| Descrição | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|----------------------------------|--------------|---------------|
| Salários e ordenados | 3.524 | 4.583 |
| Despesa com encargos sociais | 1.710 | 2.071 |
| Despesas de assistência Social | 681 | 765 |
| Provisão de 13º salário e férias | 560 | 1.005 |
| Despesas com vale refeição | 424 | 495 |
| Despesa com transporte | 136 | 371 |
| Outras despesas com empregados | 1.412 | 2.126 |
| Total | 8.447 | 11.415 |

b) Variações em 2020 estão descritas na nota explicativa nº15 b.

20 Receitas (Despesas) Financeiras

| Descrição | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|--|--------------|--------------|
| Receitas financeiras: | | |
| Atualização de créditos tributários | 1.088 | 959 |
| Rendimentos com aplicações financeiras | 685 | 1.537 |
| Outras receitas | 289 | 223 |
| Total de receitas financeiras | 2.062 | 2.719 |
| Despesas financeiras: | | |
| Variação cambial | (385) | (711) |
| Outras despesas | (12) | (134) |
| Despesas Bancárias | (39) | (80) |
| Total de despesas financeiras | (436) | (925) |
| Resultado financeiro | 1.626 | 1.794 |

21 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas com tributos incidentes são demonstradas como segue:

| | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|---|----------------|---------------|
| Resultado antes dos impostos e participações | (6.478) | (686) |
| (-) Participações sobre o Lucro | (161) | - |
| Lucro antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL) e após participações | (6.639) | (686) |
| Alíquota vigente do IRPJ e da CSLL | 34% | 34% |
| Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente | 2.257 | 233 |
| Despesas não dedutíveis – outras | (121) | (376) |
| (Constituição)/reversão líquida de adições temporárias sem constituição de crédito tributário | 451 | 27 |
| Prejuízo fiscal sem constituição de crédito tributário (*) | (2.587) | 35 |
| Incentivo Fiscal | 52 | (27) |
| Total das despesas de IRPJ/CSLL | 52 | (108) |
| Taxa efetiva IRPJ/CSLL (%) | 0,78% | 15,74% |

(*) Estes valores referem-se a prejuízos fiscais apurados em que não há perspectiva de realização

22 Compromissos

Em 31 de dezembro de 2020, a Empresa possui o seguinte compromisso relevante:

- Compromissos para prestação de serviços de “call center” assumidos de R\$461 para o exercício social de 2021 (não auditados).

As despesas incorridas com esse contrato no exercício social de 2020 foram de R\$ 495 (R\$ 120 em 2019).

- Contrato de locação de seu escritório: compromisso já assumido para o exercício social de 2021 em R\$ 179 (não auditados), para o exercício social de 2022 em R\$ 179 (não auditados) e para os exercícios sociais após 2022 em R\$ 328 (não auditados).

As despesas incorridas com esses contratos no exercício social de 2020 foram de R\$ 482 (R\$ 671 em 2019).

23 Seguros

A Empresa mantém seguros sobre seus bens para a cobertura de eventuais perdas, os quais são considerados suficientes pela Administração, como segue:

| Itens | Tipo de cobertura | Importância segurada |
|--|---|----------------------|
| Edifícios, instalações, maquinismos, móveis e utensílios | Quaisquer danos materiais a edificações, lucros cessantes decorrentes de incêndios, instalações, máquinas e equipamentos, responsabilidade civil, operações e empregador. | 37.995 |
| Responsabilidade civil dos administradores | Responsabilidade civil dos administradores (Directors and Officers Liability Insurance "D&O" e Erros e Omissões "E&O") | 48 |

24 Conciliação do Lucro Líquido e Caixa Operacional

Em conformidade com o CPC - 03 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a conciliação do lucro líquido e o fluxo de caixa das atividades operacionais é composto como segue:

| | 2020 | 2019 |
|--|----------------|----------------|
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | | |
| Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social | (6.639) | (687) |
| Ajustes por: | | |
| Depreciações e amortizações | 450 | 716 |
| Provisão (reversão) para riscos | 2.425 | (3.456) |
| | (3.764) | (3.427) |
| Variação dos ativos e passivos operacionais: | | |
| Aumento de Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde | 17.316 | 13.703 |
| Aumento (Redução) de despesas antecipadas | 60 | (62) |
| (Aumento) Impostos e contribuições a recolher | (234) | (334) |
| (Aumento) Redução provisão para eventos/sinistros a liquidar | (7.038) | 2.508 |
| Aumento (Redução) de bens e títulos a receber | 1.092 | (196) |
| Aumento (Redução) títulos e depósitos judiciais e fiscais | 308 | (671) |
| (Aumento) Redução de débitos diversos | 142 | (2.201) |
| Aumento de débitos com oper. assist saúde não rel. c/ planos saúde | (1.800) | (13.734) |
| Aumento (Redução) de créditos tributários e previdenciários | 3.095 | (1.661) |
| Aumento (Redução) de aplicações financeiras | 15.065 | (1.211) |
| Caixa proveniente das (utilizado nas) operações | 24.242 | (7.286) |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | - | (3) |
| Caixa líquido proveniente das atividades operacionais | 24.242 | (7.289) |

25 COVID-19

Apesar desse momento de incertezas em relação ao Covid-19, os impactos percebidos foram na redução da sinistralidade e por consequência a redução da receita, tendo em vista que cobramos dos clientes os sinistros mais o fee referente à taxa de administração.

Entretanto, nosso resultado econômico financeiro está melhor em relação ao Budget, onde gerida e empenhada a Empresa não tivemos problemas de recebimentos e ainda conseguimos reduzir os custos.

Outro ponto de extrema relevância é que nossa carteira de clientes é 100% empresarial, com uma certa concentração de receita, onde não há risco de inadimplência individual, pois como atuamos em autogestão no modelo de pós pagamento, nesse modelo o risco atuarial não existe para a carteira.

Dessa forma, como os nossos clientes utilizaram menos seus planos de saúde nesse período de pandemia de Covid-19, ao longo de 2020 não tivemos impacto na Empresa, que seguiu forte em sua atuação e lembrando ainda que o modelo de pós pagamento não sofre reajuste anual por que o impacto é calculado com relação as renegociações das tabelas de prestadores. Logo, não houve uma grande variação em função da baixa demanda, pois, não incorremos em impactos quanto a suspensão de reajuste determinado pela ANS em 21 de agosto de 2020, haja vista que tal medida foi válida para os contratos de planos privados de assistência à saúde médico-hospitalar na modalidade de pré-pagamento, ou seja, não houve afastamento de reajuste e nem impacto negativo em nossa Demonstração de Resultado.

Já em relação aos impactos administrativos, as ações tomadas principalmente capitaneadas pelo Grupo Qualicorp no combate à Covid-19 estão relacionadas a medidas em prol da saúde de nossos colaboradores como um canal de suporte médico para que em casos de dúvidas ou suspeita da doença o colaborador entrasse em contato imediatamente com a Equipe médica do Grupo Qualicorp, antes mesmo de procurar um hospital, entre outras iniciativas de comunicação interna afim de estimular medidas de prevenção contra a doença. Adicionalmente, a empresa também agiu de uma forma ágil para que todos pudessem trabalhar o quanto antes de suas casas no sistema home office, onde atualmente a Empresa ocupa apenas 1 andar e está previsto o retorno para o escritório 1 dia por semana no terceiro trimestre de 2021 e 2 dias por semana no quarto trimestre de 2021.

26 Aprovação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Empresa foram aprovadas em forma definitiva pela Administração em 30 de março de 2021 e contemplam todos os eventos subsequentes ocorridos desde a data de encerramento de 31 de dezembro de 2020, quando aplicável.

A DIRETORIA

E

Contador: Magnus Monteiro de Oliveira Junior - CRC. 1SP219254/O

Este documento foi assinado digitalmente por Magnus Monteiro De Oliveira Junior e Magnus Monteiro De Oliveira Junior.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://qualicorp.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código C74C-4014-F41A-A6C6.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Qualicorp. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://qualicorp.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/C74C-4014-F41A-A6C6> ou vá até o site <https://qualicorp.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: C74C-4014-F41A-A6C6



Hash do Documento

2E1F5C8E2C25D11ED5043D2177C6A00B391198861DBC61B8ABD7D7BFB12A9678

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 30/03/2021 é(são) :

- Magnus Monteiro De Oliveira Junior (Signatário - Gama Saúde Ltda.) - 251.***.***-08 em 30/03/2021 19:17 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

